PREGÃO
ELETRÔNICO
53/2026

CONTRATANTE

Prefeitura Municipal de Correia Pinto

OBJETO

Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de refeições prontas, acondicionadas em embalagens apropriadas, compreendendo marmitex para almoço e/ou jantar, bem como refeições hospitalares com dietas especiais destinadas aos pacientes, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais, Fundos e Fundações do Município de Correia Pinto/SC, conforme necessidades administrativas, clínicas e nutricionais, observados os quantitativos, as especificações, as condições e as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 951.600,00

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 07/12/2026 às 14h (horário de Brasília)

PERÍODO DE CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS:

De 25/11/2026 às 14:00 h
Até 07/12/2026 às 13:59 h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor Preço por Item

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2026 PMCP
(Processo Administrativo n° 53/2026)

Torna-se público que a Prefeitura do Município de Correia Pinto – SC, por meio do(a) Setor de Licitações e Contratos, sediado(a) na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, CEP 88.535-000, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Municipal nº 2357/2025, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de refeições prontas, acondicionadas em embalagens apropriadas, compreendendo marmitex para almoço e/ou jantar, bem como refeições hospitalares com dietas especiais destinadas aos pacientes, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais, Fundos e Fundações do Município de Correia Pinto/SC, conforme necessidades administrativas, clínicas e nutricionais, observados os quantitativos, as especificações, as condições e as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. **Processo Interno e-Ciga nº 53/2026 PMCP.**

1.2. A licitação será realizada por item, conforme tabela constante do Termo de Referência.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema Comprasbr.com.

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou

detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.10. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.12. A vedação de que trata o item 3.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.13. **Do credenciamento no sistema de licitações do portal de compras eletrônicas do COMPRABR.**

3.13.1. O credenciado pela empresa deverá dispor de cadastro no portal de licitações, obtenção de chave de identificação (login) e de senha pessoal e intransferível a ser criada pelo licitante no site **http://comprasbr.com.br.**

3.13.2. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Prefeitura do Município ou ao ComprasBR, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.13.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica para a empresa licitante:

a) presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão na forma eletrônica;

b) obrigar-se pelas transações efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances e propostas;
c) dever de acompanhar as operações no sistema eletrônico, responsabilizando-se pelo ônus decorrentes da perda de negócios por inobservância de qualquer mensagem emitido pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.
3.13.4. Nos casos de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que queiram receber os benefícios da Lei Complementar nº. 123/06, deverão declarar sua condição no sistema.
3.13.5. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da LC 123/06, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e das sanções previstas neste Edital.
3.13.6. Ficará impedido de participar do presente procedimento licitatório qualquer licitante que tenha algum fato que o impeça de tomar parte do certame ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar e contratar com a Administração Pública.
3.13.7. A participação no Pregão, na forma eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente registro da proposta de preços e inserção dos respectivos documentos de habilitação exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados, data e horário limite estabelecido.
3.13.8. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante.
3.13.9. A participação da Licitante nesta Licitação implica em aceitação de todos os termos deste Edital, e obrigará o proponente vencedor a entrega dos produtos nas condições, locais e prazos definidos.
3.13.10. No ato constitutivo deverá estar contemplada, dentre os objetivos sociais, a execução de atividades de natureza compatível ao objeto de licitação.
3.13.11. Para verificação da compatibilidade entre as atividades da licitante e o objeto licitado, servirão para análise o código CNAE, ou as atividades descritas no Contrato Social, desde que sejam semelhantes ao objeto do certame.
3.13.12. Para participar o licitante deverá dispor de cadastro no portal de licitações, obtenção de chave de identificação (login) e de senha pessoal e intransferível a ser criada pelo licitante no site **http://comprasbr.com.br**.
3.13.13. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a Prefeitura do Município e nem ao COMPRASBR, qualquer responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
3.13.14. **Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional**, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: suporte Campo Grande/MS: (67) 3303-2730 | (67) 3303-2702 Tel. Comercial: (67) 3303-2728 ou através do **Portal de Compras Eletrônicas do COMPRAS BR ou pelo e-mail contato@comprasbr.com.br.**

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. *Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.*
4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico através do site **http://comprasbr.com.br**, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.12.1 deste Edital.
4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.6.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.
4.16. As informações e/ou dúvidas de como incluir propostas e participar do procedimento licitatório podem ser sanadas pelo serviço de atendimento do portal de licitações Compras BR, no site http://comprasbr.com.br, através do link "fale conosco" ou através dos telefones (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2703 (horário comercial), ou ainda, na Diretoria de Compras e Licitações através do telefone (49) 3243-1150.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
5.1.1. *Valor unitário do item;*
5.1.2. *Marca/fabricante dos produtos ofertados, no que for aplicável;*
5.1.3. ***Quando o produto/serviço for fornecido/prestado pela própria empresa, está deverá informar no campo "marca" o nome "MARCA PRÓPRIA/FABRICANTE", sob pena de restar caracterizada a identificação da empresa e posterior desclassificação****;*
5.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de garantia, quantidade cotada.
5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
5.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.
5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.
5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias**,** a contar da data de sua apresentação.
5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
5.8.3. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 4.9.
5.8.4. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma do pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.
5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato

cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.10. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.11. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

5.12. A Proposta deve estar no idioma oficial do Brasil, sem rasuras, emendas ou entrelinhas, constando o preço de cada item, expresso em reais (R$), com no mínimo 02 (dois) dígitos após a vírgula no valor unitário e em algarismos arábicos.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser *de* ***R$ 1,00 (um real).***

6.9. O licitante não poderá excluir seu último lance ofertado após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, deverá solicitar ao pregoeiro a exclusão do referido lance.

6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for

empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.21.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.21.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.21.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.21.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.21.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.21.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.21.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.21.2.2. empresas brasileiras;

6.21.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.21.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, *caput*)

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens deste edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

7.7.1. [indicar os acordos, dissídios ou convenções coletivas];

7.7.2. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. contiver vícios insanáveis;

7.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.9.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

7.9.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.9.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.10. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
7.10.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
7.10.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e *pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;*
7.10.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
7.10.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.
7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
7.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
7.12.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
7.12.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
7.12.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
7.12.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
7.12.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
7.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
7.13.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
7.13.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
7.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
7.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
7.18. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
7.19. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, em conformidade com o art. 4º da Lei nº 14.133/21.
7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.
8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo PERCENTUAL de 10% a 30 % para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.
8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.
8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).
8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados

na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da *Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022*.

8.13. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1.1. **DA HABILITAÇÃO JURIDICA**

a) registro comercial no caso de firma individual; ou
b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, **onde se possa identificar o administrador**, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores; ou
c) comprovante de inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da composição da diretoria em exercício; ou
d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
e) Certidão simplificada ou de inteiro teor expedida pela Junta Comercial, emitida até 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura do certame. (que servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte);

9.1.2. **DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoal Jurídica, através do **cartão do CNPJ**;

b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
c) prova de regularidade para com a **Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o instituto Nacional de Seguridade Social – INSS**, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014;
d) prova de **regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual**;
e) prova de regularidade fiscal para com a **Fazenda Pública Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;
g) prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**CRF - FGTS**), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;

9.1.3. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.**

a) Certidão Negativa de Falência e Concordata, expedida pelo cartório distribuidor da sede da pessoa jurídica e que esteja dentro do seu prazo de validade;
a.a.) Caso não conste expressamente o prazo de validade, será considerada válida a Certidão de que trata o item anterior que tenha sido emitida no máximo até 180 (cento e oitenta) dias da data de abertura do certame.
b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais (*2024 e 2025*), que comprovem a boa situação financeira da empresa, **vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.**

1. As empresas com menos de um exercício financeiro deverão apresentar Balanço de Abertura ou último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.
2. Serão considerados, "na forma da lei", o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e as demonstrações contábeis apresentados da seguinte forma:
   a) publicados em Diário Oficial; ou
   b) publicados em Jornal; ou
   c) por cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou no órgão de registro equivalente; ou
   d) por cópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou

domicílio do licitante, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou

e) na forma de escrituração contábil digital (ECD).

3. O Balanço Patrimonial e as demonstrações contábeis apresentados deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante e do seu contador ou, caso apresentadas por meio de publicação, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade - CRC - são indispensáveis.

4. Análise contábil-financeira da empresa, para a avaliação de sua situação financeira, a ser apresentada em memorial de cálculo dos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), assinada pelo contador responsável, com as seguintes fórmulas:

a) Será considerada apta financeiramente a empresa que tiver os índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e o índice de Solvência Geral (SG) igual ou maior que 1,0 (um inteiro).

b) As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço.

c) Caso a empresa não atenda aos requisitos de qualificação econômico-financeira por meio dos índices contábeis exigidos, deverá comprovar possuir Patrimônio Líquido correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, considerando os itens para os quais se sagrar vencedora, mediante comprovação na data de apresentação da proposta.

d) No caso de Sociedade Civil (Sociedade Simples e Sociedade Cooperativa) ou comercial (sociedade empresária em geral) deverão apresentar da empresa, devidamente registrado pelo órgão competente, com o Termo de Abertura e de Encerramento e assinado pelo responsável pela empresa designado no Ato Constitutivo da sociedade, e também por bacharel ou técnico em Ciências Contábeis ou outro profissional, legalmente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade, constando nome completo e registro profissional.

e) Em se tratando de Sociedade por Ações (Sociedade Empresária do Tipo S.A.), o balanço deverá ser apresentado por publicação no Diário Oficial.

f) As Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ainda que sejam enquadradas no SIMPLES, deverão apresentar Balanço Patrimonial referente aos 02 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, assinado por Contador ou Técnico em Ciências Contábeis, legalmente habilitados, constando nome completo e registro profissional, ficando dispensadas de apresentar os Termos de Abertura e de Encerramento.

g) O MEI (Micro Empreendedor Individual) para fins da habilitação econômico-financeira deverá apresentar a Declaração Anual Simplificada para o Microempreendedor Individual (DASN-SIMEI) ou sua substituta, a Declaração Única do MEI (DUMEI). Caso o MEI tenha sido constituído no mesmo exercício do lançamento da licitação, deverá apresentar os relatórios mensais de receita bruta, assinados pelo próprio Micro Empreendedor.

h) As sociedades constituídas há menos de 12 (doze) meses, no exercício social em curso, deverão apresentar o Balanço de Abertura.

i) Os documentos referidos no item “c” limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

j) As empresas optantes do SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL-SPEED, **submetida ao IND DNRC 107/08, deverão apresentar:**

a) Termo de Abertura e Encerramento (impresso do arquivo SPED contábil);
b) Recibo de Entrega do Livro Digital (impresso do arquivo SPED contábil);
c) Balanço Patrimonial (impresso do arquivo SPED contábil);
d) Demonstração de Resultado do Exercício (impresso do arquivo SPED contábil);

9.1.4. **HABILITAÇÃO TECNICA**

a) Apresentar, no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, expedido por órgão público federal, estadual ou municipal, ou por empresas públicas ou privadas, que comprove que a licitante fornece ou forneceu em conformidade com o objeto no Termo de Referência Anexo I, e deve conter nome, assinatura e telefone para contato do atestador.

b) Alvará ou Licença Sanitária válida para o ano vigente, concedidos pelos Serviços de Vigilância Sanitária do Estado ou do Município, ou documento equivalente emitido pela Vigilância Sanitária Municipal.

9.1.5. **DOCUMENTOS COMPLEMENTARES:**

a) Declaração unificada (conforme modelo do **Anexo III**);
b) Ficha Cadastral de Fornecedores com dados atualizados **(Anexo VI).**

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

10.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
10.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
(a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
(b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.
10.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
10.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
10.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
10.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
10.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:
11.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e
11.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original
11.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.
11.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.
11.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
11.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
11.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou
11.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462/23.
11.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

12.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico **http://comprasbr.com.br**.

13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

13.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação

13.1.5. fraudar a licitação

13.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

13.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

13.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.2.1. advertência;

13.2.2. multa;

13.2.3. impedimento de licitar e contratar e

13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

13.3.2. as peculiaridades do caso concreto

13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.

13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

13.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15

(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

14.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio*: plataforma comprasBR através do site **http://comprasbr.com.br.**

14.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico https://correiapinto.sc.gov.br/.

15.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.11.1. ANEXO I - Termo de Referência
15.11.2. ANEXO II – Proposta de Preços
15.11.3. ANEXO III – Declaração unificada
15.11.4. ANEXO IV – Minuta de Ata de Registro de Preços
15.11.5. ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato
15.11.6. ANEXO VI – Ficha Cadastral do Fornecedor

Correia Pinto, 24 de novembro de 2026.

(Assinatura Digital)
Lucia Raquel Rodrigues Ortiz
Prefeita Municipal

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado de refeições prontas, acondicionadas em embalagens apropriadas, compreendendo marmitex para almoço e/ou jantar, bem como refeições hospitalares com dietas especiais destinadas aos pacientes, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais, Fundos e Fundações do Município de Correia Pinto/SC, conforme necessidades administrativas, clínicas e nutricionais, observados os quantitativos, as especificações, as condições e as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1.1. Da Necessidade e Interesse Público:

A contratação justifica-se pela necessidade de fornecimento de refeições prontas aos servidores, colaboradores e profissionais vinculados às Secretarias Municipais, Fundos e Fundações, durante a realização de atividades externas, plantões, deslocamentos, fiscalizações, eventos e demais serviços que demandem permanência em serviço, sem possibilidade de retorno para alimentação, garantindo a continuidade das atividades desenvolvidas pela Administração Municipal. Destaca-se, ainda, a elevada demanda da Fundação Hospitalar Municipal, especialmente em decorrência da interdição do antigo prédio do Hospital Municipal Faustino Riscarolli e da transferência temporária de suas atividades para outro endereço, situação que exigiu a reorganização dos serviços hospitalares e da estrutura de atendimento, ampliando a necessidade de fornecimento de refeições prontas para atender às demandas da unidade. Nesse contexto, torna-se indispensável assegurar o fornecimento regular de alimentação aos pacientes, incluindo refeições com dietas especiais, conforme prescrições médicas e nutricionais, respeitando suas condições clínicas e necessidades alimentares específicas. A contratação visa garantir a continuidade da assistência hospitalar, a segurança alimentar e o atendimento adequado aos pacientes, especialmente diante das limitações estruturais decorrentes da mudança de endereço. Dessa forma, a contratação busca atender às necessidades das diversas Secretarias Municipais, Fundos e Fundações, com especial atenção à Fundação Hospitalar Municipal, assegurando a continuidade, eficiência e regularidade dos serviços públicos prestados à população.

2.2. Do Parcelamento do Objeto:

2.2.1. O parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente viável, considerando que a contratação contempla dois itens distintos, correspondentes ao fornecimento de refeições convencionais do tipo marmitex para almoço e/ou jantar e refeições hospitalares com dietas especiais destinadas aos pacientes, os quais possuem características, especificações e exigências próprias.

2.2.2. Em razão da natureza distinta dos itens, optou-se pela adoção do critério de julgamento de menor preço por item, permitindo que cada item seja adjudicado individualmente ao licitante que apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração, sem a necessidade de contratação de um único fornecedor para a totalidade do objeto.

2.2.3. A divisão por itens amplia a competitividade do certame, possibilitando a participação de maior número de fornecedores, inclusive empresas que possuam capacidade técnica e operacional para atender exclusivamente ao fornecimento de refeições convencionais ou de refeições hospitalares com dietas especiais, evitando restrições desnecessárias à participação.

2.2.4. Ressalta-se que as refeições hospitalares possuem exigências específicas de preparo e composição nutricional, contemplando dietas especiais, como diabéticas, hipolipídicas, isentas de lactose, sem glúten, hiperproteicas, hipercalóricas e adaptadas para pacientes com disfagia, além do fornecimento de talheres descartáveis, características que justificam seu tratamento como item

individualizado.

2.2.5. A manutenção dos itens individualizados, com suas respectivas especificações, quantitativos e valores estimados, também favorece o adequado controle das solicitações, entregas e fiscalização contratual, permitindo que a Administração acompanhe separadamente o atendimento de cada demanda.

2.2.6. Dessa forma, o parcelamento do objeto e a adoção do critério de julgamento de menor preço por item mostram-se técnica e economicamente adequados, contribuindo para ampliar a competitividade, assegurar a economicidade, favorecer a eficiência administrativa e possibilitar a seleção das propostas mais vantajosas para a Administração Pública, em consonância com os princípios e disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DESCRIÇÕES E QUANTITATIVOS:

3.1. Quantitativo e Descritivo dos Itens: Os quantitativos estimados, as especificações técnicas e os preços de referência foram definidos com base em pesquisa de mercado devidamente fundamentada, realizada de forma ampla e regionalizada. A formação dos preços adotou a metodologia de "cesta de preços", a partir de consultas a bases oficiais de preços públicos registrados, bem como pesquisa a fornecedores especializados, conforme demonstrado a seguir:

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Máximo (R$)	
				Unitário	Total
1	Fornecimento de refeições prontas, no sistema almoço e jantar (marmitex com peso mínimo de 800g), dieta normal devidamente preparada, balanceada e acondicionada em embalagem apropriada para transporte e manutenção da temperatura, contendo composição mínima de seis itens alimentares, sendo obrigatoriamente: arroz, feijão, duas porções de proteína (podendo ser carne bovina, suína, frango ou peixe), guarnição e salada, observadas as boas práticas de alimentação e segurança sanitária, com fornecimento de talheres descartáveis.	UN	20.000	37,33	746.600,00
2	Fornecimento de refeições hospitalares para almoço e jantar, (marmitex com peso mínimo de 800g), dietas especiais destinadas a pacientes, conforme prescrição médica e/ou nutricional, abrangendo dietas brandas, líquidas completas, líquidas restritas, hipossódicas, para pacientes com diabetes, hipolipídicas, isentas de lactose, sem glúten, hiperproteicas, hipercalóricas e adaptadas para disfagia, com fornecimento de talheres descartáveis.	UN	5.000	41,00	205.000,00
Valor Total R$ 951.600,00 (novecentos e cinquenta e um mil e seiscentos reais)					

3.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da entrega do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.1.2. Os valores acima indicados constituem limites máximos de aceitabilidade pela Administração Pública, não sendo admitidas propostas com preços superiores aos referenciais estabelecidos para cada item.

3.1.3. As licitantes classificadas deverão, quando da apresentação da proposta readequada, observar rigorosamente os valores máximos definidos pelo Município para cada item, sob pena de desclassificação.

3.1.4. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, os quantitativos estimados possuem caráter meramente indicativo, não gerando obrigação de contratação por parte da Administração, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021, facultando-se a realização de licitação específica para o objeto, assegurada ao detentor da ata a preferência em igualdade de condições.

3.2. Especificações técnicas:

3.2.1. O objeto consiste no fornecimento de refeições prontas (marmitex), destinadas ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal, compreendendo almoço e jantar, devidamente preparadas, balanceadas e acondicionadas em embalagem apropriada para transporte e conservação da temperatura.
3.2.2. As refeições deverão possuir peso mínimo de 800g, contendo composição nutricional equilibrada, sendo obrigatoriamente compostas por arroz, feijão, duas porções de proteína (carne bovina, suína, frango ou peixe), guarnição e salada, podendo conter complementos alimentares adicionais a critério da contratada, desde que preservado o equilíbrio nutricional.
3.2.3. As refeições deverão ser preparadas observando as normas de higiene e segurança alimentar vigentes, especialmente as Boas Práticas de Manipulação de Alimentos, garantindo qualidade, sabor, conservação e segurança para consumo.
3.2.4. A entrega deverá ocorrer em embalagens térmicas adequadas, individuais, com fornecimento de talheres descartáveis, assegurando a integridade e a temperatura adequada dos alimentos até o momento do consumo.
3.2.5. O fornecimento de refeições hospitalares deverá atender às necessidades alimentares específicas dos pacientes, observadas as prescrições médicas e/ou nutricionais, considerando as condições clínicas, restrições alimentares, consistência, composição nutricional e capacidade de mastigação e deglutição.
3.2.6. A empresa contratada deverá possuir condições técnicas e operacionais para preparar e fornecer as seguintes modalidades de dietas:

a) Dieta branda

Destinada a pacientes que necessitam de alimentos macios, de fácil mastigação e digestão, conforme avaliação clínica e tolerância alimentar.

As refeições deverão ser compostas por alimentos bem cozidos, carnes macias, legumes cozidos e preparações com baixo teor de gordura, evitando alimentos duros ou de difícil mastigação.

Exemplos: arroz bem cozido, feijão com grãos macios, carne moída ensopada, frango cozido em cubos, cenoura e batata cozidas.

b) Dieta líquida completa

Destinada a pacientes que necessitam de alimentação exclusivamente líquida, conforme prescrição médica e/ou nutricional.

Deverá ser composta por preparações líquidas, homogêneas e adequadas às necessidades nutricionais, podendo incluir sopas liquidificadas, cremes, mingaus, vitaminas e bebidas lácteas, observadas as restrições individuais.

Exemplos: creme de legumes com frango, sopa liquidificada, mingau e vitamina de frutas, conforme prescrição.

c) Dieta líquida restrita

Destinada a pacientes que necessitam de alimentação composta exclusivamente por líquidos claros, geralmente por períodos limitados, conforme indicação clínica.

Deverá conter apenas líquidos permitidos pela prescrição, sem resíduos ou partículas sólidas.

Exemplos: caldo coado, chá e suco coado sem polpa, quando autorizados.

d) Dieta hipossódica

Destinada a pacientes que necessitam de controle ou restrição na ingestão de sódio, conforme prescrição médica e/ou nutricional.

As preparações deverão apresentar quantidade controlada de sal, evitando temperos industrializados e ingredientes com elevado teor de sódio, priorizando alimentos naturais e temperos frescos.

Exemplos: arroz, batata, frango, peixe, carne bovina fresca, legumes e verduras preparados com alho, cebola, salsa, cebolinha e outros temperos naturais.

e) Dieta para pacientes com diabetes

Destinada a pacientes que necessitam de controle da ingestão e distribuição de carboidratos, visando auxiliar no controle glicêmico.

As refeições deverão apresentar composição nutricional equilibrada, com porções de carboidratos adequadas à prescrição, sem exclusão indiscriminada de grupos alimentares.
Exemplos: arroz branco ou integral em porções controladas, feijão, lentilha, carnes magras, frango, peixe, verduras e legumes.

f) Dieta hipolipídica

Destinada a pacientes que necessitam de redução da ingestão de gorduras, especialmente gorduras saturadas, conforme indicação clínica.
As preparações deverão priorizar carnes magras, alimentos cozidos, assados ou grelhados, evitando frituras, molhos gordurosos e excesso de óleo.
Exemplos: frango sem pele, peixe magro, carne bovina magra, arroz, macarrão sem molhos gordurosos, purê de batata e legumes cozidos.

g) Dieta isenta de lactose

Destinada a pacientes com intolerância à lactose ou outras condições clínicas que exijam sua exclusão.
As refeições deverão ser preparadas sem ingredientes que contenham lactose, utilizando produtos compatíveis com a restrição prescrita.
Exemplos: arroz, feijão, macarrão sem ingredientes lácteos, carnes, frango, peixe, verduras, legumes e produtos certificados sem lactose, quando permitidos.

h) Dieta sem glúten

Destinada a pacientes com doença celíaca ou outras condições clínicas que exijam exclusão do glúten.
As refeições deverão ser preparadas com ingredientes isentos de glúten, adotando procedimentos específicos para prevenir a contaminação cruzada durante o armazenamento, preparo, manipulação e acondicionamento.
Exemplos: arroz, milho, mandioca, tapioca, batata, feijão, carnes in natura, frutas, verduras e legumes, observada a composição dos ingredientes utilizados.

i) Dieta hiperproteica e/ou hipercalórica

Destinada a pacientes que necessitam de maior aporte de proteínas e/ou calorias, conforme avaliação e prescrição nutricional.
As refeições deverão apresentar composição ajustada às necessidades individuais, podendo incluir preparações enriquecidas com alimentos de maior densidade energética ou proteica.
Exemplos: carnes, frango, peixe, ovos, arroz, massas, tubérculos e purês enriquecidos, conforme orientação nutricional.

j) Dieta adaptada para pacientes com disfagia

Destinada a pacientes com dificuldades de mastigação ou deglutição, visando facilitar a alimentação e reduzir os riscos de engasgos e aspiração.
As refeições deverão apresentar textura e consistência adequadas à avaliação clínica, podendo compreender alimentos amassados, triturados, processados ou em forma de purê homogêneo, bem como líquidos espessados, quando prescritos.
Exemplos: purês homogêneos de batata, cenoura e abóbora, carnes e frangos processados e umedecidos, peixes sem espinhas e cremes com consistência adequada.
A consistência dos alimentos e a viscosidade dos líquidos deverão observar a padronização indicada pela equipe responsável pelo acompanhamento nutricional do paciente.

3.3. Condições gerais de preparo e fornecimento das dietas especiais

A contratada deverá observar as seguintes condições:

1. Preparar as refeições conforme o tipo de dieta solicitado pela unidade hospitalar, respeitando as orientações e restrições alimentares informadas.
2. Garantir a utilização de ingredientes adequados, frescos e em condições próprias para consumo, observando as normas sanitárias e as boas práticas de manipulação de alimentos.

3. Adotar procedimentos para evitar a contaminação cruzada, especialmente no preparo de refeições destinadas a pacientes com restrições alimentares específicas.
4. Acondicionar as refeições em embalagens individuais, resistentes, higiênicas e apropriadas para transporte e conservação da temperatura.
5. Identificar individualmente as embalagens com o tipo de dieta fornecida e demais informações necessárias à correta distribuição pela unidade hospitalar, preservando os dados pessoais dos pacientes.
6. Garantir que as refeições sejam entregues nas quantidades, horários e locais estabelecidos pela Administração, conforme as solicitações da unidade hospitalar.
7. Assegurar que as preparações apresentem consistência, composição e características compatíveis com a dieta solicitada, não sendo permitida a substituição por refeições convencionais sem autorização.
8. Disponibilizar variedade de preparações, respeitando as restrições alimentares e evitando a repetição desnecessária dos cardápios.
9. Responsabilizar-se pela qualidade, segurança alimentar, transporte e conservação das refeições até sua entrega.
10. Substituir, sem custos adicionais para a Administração, as refeições entregues em desacordo com as especificações ou com a dieta solicitada, em prazo compatível com a necessidade de alimentação do paciente.

Observação: As dietas hipossódicas, para pacientes com diabetes, hipolipídica, hiperproteica e hipercalórica correspondem a modificações na composição nutricional e não necessariamente na consistência dos alimentos. Dessa forma, poderão ser combinadas com dietas de consistência livre, branda, pastosa ou líquida, conforme prescrição médica e/ou nutricional.

Os exemplos de cardápios apresentados possuem caráter orientativo, não constituindo relação fixa ou obrigatória de preparações, devendo prevalecer as necessidades nutricionais e restrições específicas de cada paciente.

4. DO VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:

4.1. O valor máximo para contratação do objeto desta licitação é de **R$ 951.600,00 (novecentos e cinquenta e um mil e seiscentos reais).**

4.2. Os preços deverão ser apresentados com a inclusão de todos os custos operacionais de sua atividade. Quaisquer tributos, custos e despesas diretas ou indiretas, omitidos na proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos a qualquer título.

5. DO PRAZO, LOCAL, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E DE GARANTIA:

5.1. Prazo de Execução:

5.1.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir de sua assinatura, admitida sua prorrogação por igual período, desde que atendidos os requisitos legais e demonstrada a vantajosidade para a Administração, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

5.1.2. Considerando tratar-se de Sistema de Registro de Preços, os quantitativos estimados possuem caráter meramente referencial, não implicando obrigação de contratação pela Administração, nos termos do art. 83 da Lei Federal nº 14.133/2021, facultada a realização de licitação específica, desde que devidamente motivada.

5.1.3. O fornecimento das refeições ocorrerá de forma contínua e parcelada, pelo período de 12 (doze) meses, de domingo a domingo, conforme a necessidade da Administração Pública Municipal, mediante emissão de Autorizações de Fornecimento (AF) ou instrumento equivalente.

5.2. Prazo de Entrega:

5.2.1. O fornecimento deverá ser iniciado no prazo de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da primeira Autorização de Fornecimento (AF), após a formalização da respectiva Ata de Registro de Preços ou do contrato, conforme o caso.

5.2.2. As refeições deverão ser entregues diariamente, nos horários estabelecidos pela Administração, observando-se os seguintes limites:

a) Almoço: até às 12h00;

b) Jantar: até às 19h00.

5.2.3. As quantidades de refeições serão previamente informadas pela Secretaria demandante, devendo a Contratada observar rigorosamente os quantitativos constantes nas respectivas requisições ou Autorizações de Fornecimento, não sendo admitidas divergências sem prévia autorização formal da Administração.

5.2.4. As refeições deverão ser entregues prontas para consumo, devidamente preparadas e acondicionadas em embalagens apropriadas, que garantam a higiene, a conservação, a integridade e a manutenção da temperatura adequada até o momento da entrega.

5.2.5. A Contratada deverá assegurar que as refeições sejam preparadas com ingredientes próprios para consumo, observando as boas práticas de manipulação de alimentos e as condições sanitárias aplicáveis, especialmente quanto às refeições hospitalares e às dietas especiais prescritas.

5.3. Local de Entrega:

5.3.1. As entregas deverão ser realizadas nos endereços indicados pela Administração, conforme as necessidades de cada Secretaria ou unidade demandante, incluindo:

a) Secretaria Municipal de Obras: Rua Alfredo Henrique Liposki, nº 520, Bairro Nossa Senhora do Rosário;

b) Fundação Hospitalar Municipal: Rua Sebastião Bastos, nº 533, Bairro Planalto;

c) Prefeitura Municipal: Rua Duque de Caxias, nº 3601, Centro.

5.3.2. A Administração poderá indicar outros locais de entrega durante a vigência da Ata de Registro de Preços ou do contrato, desde que situados no âmbito de atendimento do Município de Correia Pinto/SC, mediante comunicação à Contratada.

5.3.3. As entregas deverão ocorrer diariamente, inclusive aos domingos e feriados, nos horários estabelecidos pela Administração, conforme as quantidades previamente informadas pela Secretaria demandante.

5.3.4. A Contratada deverá realizar a entrega diretamente nos locais indicados, responsabilizando-se integralmente pelo transporte, acondicionamento, conservação e manutenção das condições adequadas das refeições até sua efetiva disponibilização à Administração.

5.4. Condições de Execução:

5.4.1. O fornecimento deverá observar as seguintes condições:

a) As refeições deverão ser preparadas e fornecidas de acordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, observando-se os padrões de qualidade, higiene, segurança alimentar e condições nutricionais exigidas;

b) As refeições deverão ser entregues prontas para consumo, em embalagens individuais apropriadas, devidamente fechadas, íntegras e adequadas ao acondicionamento de alimentos;

c) O transporte deverá ocorrer em condições adequadas de higiene e conservação, garantindo a manutenção da temperatura apropriada das refeições até a entrega;

d) As refeições deverão ser entregues nos locais, dias, horários e quantidades estabelecidos pela Administração, respeitando os horários máximos de 12h00 para o almoço e 19h00 para o jantar;

e) As refeições hospitalares deverão atender rigorosamente às especificações das dietas especiais solicitadas, observando suas respectivas características e restrições alimentares, não sendo admitidas substituições de ingredientes ou alterações na composição sem autorização da Administração;

f) A Contratada deverá assegurar a correta identificação e separação das refeições hospitalares, de modo a evitar trocas, contaminações cruzadas ou fornecimento de alimentação incompatível com a dieta indicada;

g) Os alimentos deverão ser preparados com ingredientes de qualidade, em condições adequadas de higiene, manipulação, armazenamento e conservação;

h) É vedada a entrega de refeições com características inadequadas para consumo, incluindo alterações de odor, sabor, cor, textura, temperatura ou quaisquer sinais de deterioração ou contaminação;

i) As quantidades fornecidas deverão corresponder integralmente às solicitadas nas respectivas Autorizações de Fornecimento ou requisições, não sendo admitidas alterações sem prévia autorização da Administração;
j) A Contratada deverá manter capacidade operacional e logística suficiente para assegurar o fornecimento diário e contínuo das refeições, inclusive aos domingos e feriados, evitando atrasos ou interrupções;
k) Todos os custos relacionados ao preparo, acondicionamento, embalagem, transporte e entrega das refeições serão de responsabilidade exclusiva da Contratada.

5.5. Controle de Qualidade:

5.5.1. As refeições deverão atender aos padrões de qualidade, higiene, segurança alimentar e adequação ao consumo, observando-se:
a) Condições adequadas de preparo, manipulação, armazenamento e transporte dos alimentos;
b) Utilização de ingredientes próprios para consumo, dentro dos respectivos prazos de validade e em condições adequadas de conservação;
c) Acondicionamento em embalagens apropriadas, individuais, íntegras e devidamente fechadas;
d) Manutenção da temperatura adequada das refeições até o momento da entrega;
e) Ausência de sinais de deterioração, contaminação ou alterações de cor, odor, sabor e textura;
f) Cumprimento das especificações e características nutricionais estabelecidas para cada tipo de refeição;
g) Atendimento integral às dietas especiais solicitadas para os pacientes da Fundação Hospitalar Municipal, respeitando as restrições alimentares e as orientações nutricionais correspondentes;
h) Observância das normas sanitárias e das boas práticas aplicáveis aos serviços de alimentação.

5.5.2. A Contratada deverá observar integralmente as normas sanitárias e demais regulamentações aplicáveis à preparação, manipulação, acondicionamento, armazenamento, transporte e fornecimento de refeições, responsabilizando-se pela qualidade e segurança dos alimentos disponibilizados.

5.6. Recebimento das Refeições:

5.6.1. O recebimento das refeições será realizado pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, em duas etapas:
a) Provisoriamente, no ato da entrega, para verificação inicial dos quantitativos, condições das embalagens, temperatura, identificação e conformidade aparente das refeições com as especificações estabelecidas;
b) Definitivamente, após a conferência da qualidade, quantidade e atendimento integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência e na respectiva Autorização de Fornecimento.

5.6.2. Considerando a natureza perecível dos alimentos e a necessidade de consumo imediato, a Administração poderá realizar o recebimento definitivo no próprio ato da entrega, quando constatada a conformidade integral das refeições.

5.6.3. As refeições poderão ser rejeitadas, total ou parcialmente, quando estiverem em desacordo com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, na proposta apresentada ou na respectiva solicitação, especialmente quanto à qualidade, quantidade, condições de preparo, acondicionamento, embalagem, identificação e temperatura.

5.6.4. Constatadas irregularidades ou desconformidades, a fiscalização deverá comunicar formalmente a Contratada, que ficará obrigada a providenciar a substituição imediata das refeições rejeitadas, observando o prazo máximo determinado pela Administração, de modo a não comprometer o horário e a continuidade do fornecimento.

5.6.5. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pela qualidade, segurança e adequação das refeições fornecidas, nem afasta a obrigação de reparar eventuais irregularidades constatadas posteriormente.

5.7. Garantia e Responsabilidade pelas Refeições:

5.7.1. Em razão da natureza perecível dos alimentos e da destinação das refeições ao consumo imediato, a responsabilidade da Contratada compreenderá a garantia de que todas as refeições entregues:
a) Estejam em conformidade com as especificações estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada;
b) Sejam preparadas com ingredientes próprios para consumo e em condições adequadas de higiene e segurança alimentar;
c) Apresentem condições adequadas de preparo, acondicionamento, embalagem e transporte;
d) Sejam entregues em temperatura apropriada para consumo;

e) Atendam às quantidades e aos horários estabelecidos pela Administração;
f) Observem integralmente as especificações nutricionais e as restrições alimentares das dietas hospitalares solicitadas;
g) Sejam entregues devidamente acondicionadas, identificadas e próprias para consumo imediato.
5.7.2. As refeições que apresentarem vícios, defeitos, desconformidades ou quaisquer condições que comprometam sua qualidade, segurança alimentar ou adequação ao consumo poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, devendo a Contratada providenciar sua substituição imediata, no prazo máximo determinado pela Administração, contado da notificação formal.
5.7.3. A substituição das refeições rejeitadas deverá ocorrer sem qualquer ônus adicional para a Administração, sendo de responsabilidade exclusiva da Contratada todos os custos decorrentes, inclusive preparo, embalagem, transporte e entrega.
5.7.4. A obrigação de substituição não afasta a aplicação das sanções administrativas cabíveis, quando constatado o descumprimento das condições estabelecidas no Termo de Referência, no contrato ou na Ata de Registro de Preços.
5.8. O fornecimento das refeições será realizado de forma contínua e parcelada, durante o período de 12 (doze) meses, mediante solicitações das Secretarias demandantes e emissão das respectivas Autorizações de Fornecimento, devendo a Contratada assegurar o atendimento diário, de domingo a domingo, conforme as necessidades da Administração Pública Municipal.
5.9. A Contratada deverá iniciar o fornecimento no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, após a formalização da respectiva Ata de Registro de Preços ou contrato, conforme o caso, mantendo a regularidade e continuidade das entregas durante todo o período de contratação.
5.10. As refeições deverão ser entregues nos horários estabelecidos pela Administração, sendo até às 12h00 para o almoço e até às 19h00 para o jantar, observadas as quantidades previamente informadas pelas Secretarias demandantes e as condições específicas de cada unidade atendida.
5.11. As refeições hospitalares deverão observar rigorosamente as especificações das dietas especiais solicitadas pela Fundação Hospitalar Municipal, sendo vedada qualquer alteração na composição, substituição de ingredientes ou fornecimento de refeições incompatíveis com as restrições alimentares dos pacientes, sem prévia autorização do responsável pela solicitação.
5.12. A Contratada deverá manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas durante a execução contratual, bem como possuir estrutura física, equipamentos, pessoal e condições operacionais compatíveis com o objeto contratado, observando permanentemente as exigências dos órgãos de vigilância sanitária.
5.13. O fornecimento deverá observar as disposições da legislação sanitária aplicável, especialmente quanto às boas práticas para serviços de alimentação, manipulação, preparação, acondicionamento, armazenamento e transporte de alimentos, bem como as disposições da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que couber.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

6.1. Além das obrigações previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, constituem obrigações da CONTRATADA:
6.1.1. Responsabilizar-se integralmente por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, inclusive encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas, comerciais e civis, bem como tributos, taxas, emolumentos e demais ônus de qualquer natureza relacionados ao fornecimento das refeições.
6.1.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos, físicos ou materiais, causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por seus empregados, prepostos ou representantes, decorrentes de ação ou omissão, dolosa ou culposa, durante a execução do objeto.
6.1.3. Providenciar, imediatamente e sem qualquer ônus adicional para a Administração, a correção de irregularidades, falhas ou deficiências constatadas no fornecimento, inclusive a substituição das refeições que apresentarem qualidade inadequada, divergência em relação às especificações, problemas de acondicionamento, temperatura ou qualquer outra desconformidade.

6.1.4. Manter, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços e dos eventuais contratos dela decorrentes, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.
6.1.5. Garantir a qualidade, a higiene, a segurança alimentar e a adequada conservação das refeições fornecidas, observando integralmente as normas sanitárias vigentes, as boas práticas de manipulação de alimentos e as exigências dos órgãos de vigilância sanitária competentes.
6.1.6. Manter instalações, equipamentos, utensílios e condições adequadas para o preparo e acondicionamento das refeições, assegurando que todas as etapas de produção, armazenamento, transporte e entrega sejam realizadas em condições higiênico-sanitárias apropriadas.
6.1.7. Preparar as refeições em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, respeitando a composição mínima, o peso exigido por unidade, a qualidade dos ingredientes e as características nutricionais previstas para cada item.
6.1.8. Para as refeições convencionais, observar o cardápio e as orientações estabelecidas pela Administração, garantindo variedade na composição das refeições e evitando a repetição do mesmo cardápio em dias subsequentes, salvo quando houver solicitação ou autorização da CONTRATANTE.
6.1.9. Para as refeições hospitalares, preparar e fornecer as dietas especiais rigorosamente de acordo com as prescrições médicas e/ou nutricionais encaminhadas pela Fundação Hospitalar Municipal, respeitando as restrições alimentares, os ingredientes permitidos e proibidos, as necessidades nutricionais e as diferentes consistências exigidas para cada paciente.
6.1.10. Adotar cuidados específicos na preparação e manipulação das refeições hospitalares, evitando a contaminação cruzada e assegurando a correta identificação, separação e acondicionamento das dietas especiais, de modo a impedir trocas ou fornecimento de refeições incompatíveis com as condições clínicas dos pacientes.
6.1.11. Acondicionar as refeições em embalagens apropriadas, resistentes, íntegras, próprias para contato com alimentos e adequadas ao transporte, de forma a preservar a qualidade, a higiene, a integridade e a temperatura dos alimentos até o momento da entrega, incluindo o fornecimento de talheres descartáveis, conforme especificações do respectivo item.
6.1.12. Realizar o transporte das refeições em veículos e recipientes apropriados, observando as condições sanitárias e de conservação necessárias, de modo a garantir que os alimentos sejam entregues em temperatura adequada ao consumo e em perfeitas condições de higiene e segurança alimentar.
6.1.13. Efetuar as entregas nos endereços, dias e horários estabelecidos pela Administração, inclusive aos finais de semana e feriados, quando solicitado, respeitando rigorosamente os prazos e as quantidades indicadas em cada Autorização de Fornecimento ou solicitação equivalente.
6.1.14. Fornecer as refeições de forma parcelada, conforme a demanda efetiva da Administração, não sendo admitida a substituição de produtos, alteração de cardápios, redução de quantidades ou modificação das especificações sem prévia autorização da CONTRATANTE.
6.1.15. Disponibilizar pessoal em quantidade suficiente e devidamente capacitado para a produção, manipulação, acondicionamento, transporte e entrega das refeições, observando as normas de higiene pessoal e segurança alimentar.
6.1.16. Substituir, imediatamente após a comunicação da fiscalização, as refeições entregues em desacordo com as especificações, em quantidade insuficiente, com embalagem violada ou danificada, temperatura inadequada, características impróprias para consumo ou divergência em relação às dietas prescritas, sem qualquer custo adicional para a Administração.
6.1.17. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer ocorrência que possa comprometer a regularidade, a qualidade ou a pontualidade do fornecimento, apresentando as justificativas pertinentes e adotando as providências necessárias para evitar a interrupção do atendimento.
6.1.18. Permitir e facilitar a fiscalização da execução do objeto pela Administração, prestando todos os esclarecimentos solicitados e fornecendo informações, documentos e registros relacionados ao preparo, à qualidade e à entrega das refeições, sempre que necessário.

6.1.19. Manter registros e controles dos fornecimentos realizados, discriminando as datas, os locais de entrega, as quantidades e os tipos de refeições fornecidas, inclusive a identificação das dietas hospitalares, quando aplicável, disponibilizando essas informações à fiscalização sempre que solicitadas.
6.1.20. Emitir a respectiva Nota Fiscal acompanhada de relatório discriminado das refeições efetivamente fornecidas no período, contendo, no mínimo, as datas de fornecimento, os locais de entrega, os tipos de refeições e as respectivas quantidades, para fins de conferência e atesto pela fiscalização.
6.1.21. Responsabilizar-se pelo destaque dos tributos incidentes no corpo da Nota Fiscal, observando a legislação tributária aplicável, especialmente a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e o Decreto Municipal nº 2.079/2023, ou normas que venham a substituí-los, sob pena de devolução do documento fiscal para regularização.
6.1.22. Informar no campo de observações da Nota Fiscal eventual condição de imunidade, isenção ou dispensa de retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), indicando o respectivo fundamento legal. Na ausência dessa informação ou da documentação comprobatória exigível, a Administração procederá à retenção conforme a legislação vigente.
6.1.23. Responsabilizar-se pela qualidade e procedência dos gêneros alimentícios utilizados na preparação das refeições, assegurando que estejam dentro do prazo de validade e em condições adequadas de consumo, sendo vedada a utilização de produtos deteriorados, vencidos ou que apresentem qualquer característica que comprometa a segurança alimentar.
6.1.24. Arcar com todos os custos necessários à execução do objeto, incluindo aquisição dos gêneros alimentícios, preparo, embalagens, talheres descartáveis, mão de obra, transporte, entrega e demais insumos e despesas necessários ao integral cumprimento das obrigações assumidas.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE, DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1. Compete à Contratante:
a) planejar e organizar as demandas de refeições prontas, compreendendo marmitex para almoço e/ou jantar e refeições hospitalares com dietas especiais, de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais, Fundos e Fundações e com a disponibilidade contratual;
b) emitir as Autorizações de Fornecimento (AF) ou documentos equivalentes, indicando os quantitativos, os tipos de refeições, os locais, as datas e os horários para entrega, conforme a necessidade de cada Secretaria, Fundo ou Fundação;
c) encaminhar à CONTRATADA, quando se tratar de refeições hospitalares, as informações necessárias à preparação das dietas especiais, incluindo prescrições médicas e/ou nutricionais, restrições alimentares, consistências e demais orientações pertinentes, bem como comunicar tempestivamente eventuais alterações nas necessidades dos pacientes;
d) prestar à CONTRATADA os esclarecimentos e as informações necessários à adequada execução do objeto, inclusive quanto aos locais de entrega, horários, quantitativos e particularidades das solicitações;
e) comunicar à CONTRATADA, com a maior antecedência possível, eventuais alterações, cancelamentos ou ajustes nas solicitações de fornecimento, observadas as condições e os prazos estabelecidos neste Termo de Referência;
f) proporcionar as condições necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações, especialmente quanto ao acesso aos locais de entrega e ao recebimento das refeições pelos servidores responsáveis;
g) disponibilizar servidor ou equipe responsável pelo recebimento das refeições, aptos a realizar a conferência quantitativa e qualitativa dos alimentos entregues;
h) verificar, no ato do recebimento, a conformidade das refeições com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, especialmente quanto às quantidades, aos tipos de refeições, à qualidade, ao preparo, à apresentação, à temperatura, ao acondicionamento e às condições de higiene, podendo recusar aquelas que apresentarem irregularidades, desconformidades ou condições inadequadas para consumo;

i) verificar, no caso das refeições hospitalares, a correspondência entre os alimentos entregues e as dietas especiais solicitadas, observando as prescrições médicas e/ou nutricionais, as restrições alimentares e as demais orientações encaminhadas à CONTRATADA;
j) notificar formalmente a CONTRATADA sobre quaisquer irregularidades, falhas ou desconformidades identificadas na execução do objeto, estabelecendo prazo compatível com a natureza da ocorrência para a adoção das providências necessárias, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;
k) solicitar à CONTRATADA a substituição imediata das refeições entregues em desacordo com as especificações, com qualidade inadequada, temperatura imprópria, embalagens danificadas ou em desconformidade com as dietas prescritas, sem qualquer ônus adicional para a Administração;
l) acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto, por meio de servidor ou comissão formalmente designada, verificando o cumprimento das especificações, dos quantitativos, dos prazos, dos horários e das condições de acondicionamento, transporte, temperatura e qualidade das refeições fornecidas;
m) controlar e registrar as entregas realizadas, mantendo histórico de fornecimento para fins de fiscalização, conferência, auditoria e gestão da contratação;
n) atestar as Notas Fiscais correspondentes aos fornecimentos efetivamente realizados, após a conferência dos documentos apresentados, especialmente do relatório discriminado das refeições fornecidas e da confirmação do recebimento dos quantitativos solicitados;
o) efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, observadas as condições, os prazos e os procedimentos estabelecidos neste Termo de Referência, após a regular liquidação da despesa e a apresentação da documentação exigida;
p) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as disposições deste Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e dos eventuais contratos decorrentes;
q) adotar as providências administrativas cabíveis diante de descumprimentos contratuais ou irregularidades na execução do objeto, inclusive quanto à aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e nos instrumentos da contratação, quando for o caso.

7.2. A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e/ou do contrato será realizada por representante(s) formalmente designado(s) pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, competindo-lhes acompanhar a execução do fornecimento e verificar o cumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais instrumentos da contratação.

7.3. O Fiscal da Ata de Registro de Preços e/ou do contrato deverá registrar em instrumento próprio as ocorrências relacionadas à execução do fornecimento, indicando, quando pertinente, a data, a descrição da ocorrência, os responsáveis eventualmente envolvidos e as providências adotadas ou necessárias à regularização das falhas ou desconformidades observadas.

7.4. Identificada qualquer irregularidade na execução do objeto, a fiscalização deverá comunicar formalmente a CONTRATADA e, quando cabível, determinar as providências necessárias à sua regularização, observado prazo compatível com a natureza da ocorrência, especialmente nos casos que envolvam refeições destinadas aos pacientes da Fundação Hospitalar Municipal.

7.5. A fiscalização poderá verificar, entre outros aspectos, o cumprimento dos prazos e horários de entrega, as quantidades fornecidas, a conformidade das refeições com as especificações estabelecidas, a qualidade e as condições de preparo, a integridade das embalagens, a temperatura dos alimentos e as condições de higiene, acondicionamento, conservação e transporte, bem como a correta composição, identificação e entrega das refeições hospitalares de acordo com as dietas especiais solicitadas.

7.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, dano ou prejuízo decorrente da execução do objeto, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios ou falhas no fornecimento, não implicando, em qualquer hipótese, corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, nos termos do art. 120 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.7. A Contratante deverá designar formalmente os responsáveis pela gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços e/ou do contrato, com atribuições compatíveis com as atividades de acompanhamento e controle da execução.
7.8. As ocorrências que demandarem decisão ou adoção de providências que ultrapassem a competência do Fiscal deverão ser comunicadas ao Gestor da Ata de Registro de Preços e/ou do contrato, para adoção das medidas administrativas cabíveis.
7.9. O descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, na Ata de Registro de Preços e/ou no contrato, conforme o caso, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato e/ou a Ata de Registro de Preços deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas estabelecidas, as disposições deste Termo de Referência e da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
8.2. O fornecimento das refeições prontas, compreendendo marmitex para almoço e/ou jantar e refeições hospitalares com dietas especiais, será realizado de forma parcelada e contínua, conforme as necessidades da Administração, mediante emissão de Autorização de Fornecimento (AF) ou instrumento equivalente, devendo a Contratada observar rigorosamente os prazos, as quantidades, os locais, os horários e as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência.
8.3. As entregas deverão ocorrer nos locais e horários indicados pela Administração, inclusive aos sábados, domingos e feriados, conforme a demanda, observados os horários estabelecidos para almoço e jantar, bem como as condições de higiene, preparo, acondicionamento, conservação e transporte compatíveis com a natureza das refeições e com a legislação sanitária aplicável.
8.4. A gestão da contratação deverá contemplar o acompanhamento contínuo do fornecimento, incluindo:
a) controle das Autorizações de Fornecimento emitidas;
b) verificação das quantidades, dos horários e das condições das entregas realizadas;
c) monitoramento da qualidade, do preparo, da composição, da apresentação e da adequação das refeições às especificações estabelecidas;
d) verificação das condições de higiene, acondicionamento, embalagem, conservação e transporte dos alimentos;
e) conferência da identificação e da correspondência das refeições hospitalares com as dietas especiais solicitadas;
f) registro de ocorrências, recusas e não conformidades;
g) controle das substituições e correções realizadas pela Contratada; e
h) acompanhamento da regularidade e continuidade do fornecimento, conforme as demandas das Secretarias, dos Fundos, das Fundações e da Fundação Hospitalar Municipal.
8.5. O desempenho da Contratada será acompanhado e avaliado com base no cumprimento das condições estabelecidas na contratação, especialmente quanto a:
a) cumprimento dos prazos e horários de entrega;
b) atendimento das quantidades solicitadas;
c) conformidade das refeições com as especificações estabelecidas;
d) qualidade, preparo, apresentação, acondicionamento e condições adequadas para consumo;
e) adequação das condições de higiene, conservação e transporte;
f) atendimento correto das dietas especiais, observadas as restrições alimentares e as especificações solicitadas pela Fundação Hospitalar Municipal;
g) regularidade e pontualidade no atendimento das demandas da Administração; e
h) atendimento às solicitações da fiscalização e pronta solução de eventuais irregularidades.
8.6. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da execução da contratação, o cronograma de execução será prorrogado pelo período correspondente, mediante registro formal da ocorrência, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.7. Em caso de atraso, impedimento ou impossibilidade de fornecimento devidamente justificados, a Contratada deverá comunicar formalmente a Administração, cabendo a esta analisar a situação e adotar as providências pertinentes, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade da Contratada, especialmente quando a ocorrência puder comprometer o atendimento das refeições destinadas aos pacientes da Fundação Hospitalar Municipal.

8.8. As refeições entregues em desacordo com as especificações, em quantidade diversa da solicitada, com preparo ou composição inadequados, embalagens danificadas, acondicionamento ou temperatura incompatíveis com a conservação dos alimentos, ou em desacordo com as dietas especiais solicitadas, deverão ser recusadas, total ou parcialmente, e substituídas pela Contratada, sem ônus adicional para a Administração, no prazo estabelecido pela fiscalização, de forma a não comprometer a continuidade do atendimento.

8.9. As comunicações entre a Administração e a Contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de meio eletrônico, desde que assegurada a rastreabilidade das informações, solicitações, ocorrências e decisões relacionadas à execução da contratação.

8.10. A Administração poderá convocar representante da Contratada para reuniões administrativas ou técnicas sempre que necessário, especialmente para tratar de questões relacionadas ao fornecimento das refeições, ajustes operacionais, logística de entrega, regularização de falhas ou melhoria da execução contratual.

8.11. Após a formalização da Ata de Registro de Preços ou do contrato, quando cabível, a Administração poderá realizar reunião inicial com o representante da Contratada para alinhamento das condições de execução, especialmente quanto a:

a) condições de preparo e fornecimento das refeições;
b) prazos, locais, horários e logística de entrega;
c) condições de higiene, acondicionamento, embalagem, conservação e transporte dos alimentos;
d) critérios de recebimento, conferência e atesto;
e) padrões de qualidade, preparo e segurança sanitária das refeições;
f) procedimentos específicos para identificação, separação e entrega das refeições hospitalares com dietas especiais;
g) procedimentos de comunicação, fiscalização e registro das ocorrências;
h) procedimentos e prazos para substituição de refeições recusadas ou entregues em desconformidade; e
i) hipóteses de aplicação de sanções e penalidades.

8.12. A Administração poderá convocar o representante da Contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, sempre que identificada situação que possa comprometer a regularidade ou continuidade do fornecimento, especialmente quando envolver refeições destinadas aos pacientes da Fundação Hospitalar Municipal.

8.13. Eventuais irregularidades, atrasos, falhas ou desconformidades verificadas durante a execução deverão ser formalmente registradas e poderão ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, inclusive a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no instrumento convocatório, na Ata de Registro de Preços e/ou no contrato, conforme o caso.

8.14. As situações não previstas neste Termo de Referência serão solucionadas pela Administração com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021 e nas demais normas aplicáveis à contratação, observadas, quando pertinentes, as disposições sanitárias e de segurança dos alimentos.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

9.1. O Município de Correia Pinto efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após a liquidação da despesa, mediante o recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor competente. A liquidação ficará condicionada à verificação da conformidade das refeições fornecidas, quanto às especificações, qualidade, quantidade, acondicionamento, integridade das embalagens e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como ao cumprimento integral das

obrigações assumidas pela Contratada e à apresentação dos documentos exigidos para fins de pagamento.

9.2. O Município de Correia Pinto efetuará o pagamento de forma parcelada, conforme o fornecimento das refeições, condicionando-se ao efetivo recebimento dos produtos e à aprovação pelo Gestor e Fiscal do Contrato.

9.3. Após cada entrega, o fiscal do contrato ou servidor responsável realizará a conferência dos produtos, verificando os quantitativos, as especificações, as condições de conservação, qualidade, validade e, quando aplicável, temperatura e frescor dos alimentos, emitindo o respectivo Documento de Atesto de Recebimento.

9.4. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da liquidação da despesa, mediante o recebimento e conferência da Nota Fiscal/Fatura pelo setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.5. Os fornecimentos deverão ser faturados de acordo com as Secretarias Municipais, fundos e fundações, conforme as respectivas Ordens de Requisição ou solicitações de despesa emitidas pela Administração.

9.6. A Contratada deverá emitir a Nota Fiscal de forma individualizada para cada fornecimento realizado e encaminhá-la ao setor competente ou ao e-mail indicado das Secretarias Municipais, fundos e fundações, para fins de empenho e liquidação.

9.7. A prestação do serviço/aquisição do objeto quando solicitada deverá ser faturada de acordo com a secretaria solicitante conforme CNPJ abaixo:

Prefeitura Municipal de Correia Pinto, CNPJ nº 75.438.655/0001-45, endereço: Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000.

Fundo Municipal de Saúde de Correia Pinto, CNPJ nº 14.741.096/0001-53, endereço: Rua Vitória Régia, nº 500, Pró-Flor, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000.

Fundação Hospitalar Municipal de Correia Pinto, CNPJ nº 75.438.655/0003-07, endereço: Rua Luiz de Camões, 363, São Pedro, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000.

Fundação Municipal de Assistência Social de Correia Pinto, CNPJ nº 14.741.105/0001-06, endereço: Rua Vitória Régia, nº 449, Pró-Flor, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000.

Fundação Municipal de Esportes e Cultura de Correia Pinto, CNPJ nº 17.380.667/0001-60, endereço: Rua João Maria Madruga, nº 222, Pereira Alves, Correia Pinto/SC - CEP 88535-000.

9.8. Informar na(s) Nota(s) Fiscal(is) a Modalidade e o Número da Licitação, como também o Banco, Agência e Número da Conta Corrente (Pessoa Jurídica) para pagamento da mesma, de preferência Banco do Brasil.

9.9. A empresa contratada deverá apresentar obrigatoriamente, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões que atestam a regularidade fiscal.

9.10. É de Obrigatoriedade da empresa contratada ao emitir a(s) Notas(s) Fiscal(is), conforme Solicitação(ões) de despesa(s), e enviar preferencialmente para o e-mail da secretaria responsável para o devido empenho: administracao@correiapinto.sc.gov.br; financas@correiapinto.sc.gov.br, educacao@correiapinto.sc.gov.br; fmas@correiapinto.sc.gov.br; saudecp2017@outlook.com; fmec@correiapinto.sc.gov.br; obras@correiapinto.sc.gov.br; agricultura@correiapinto.sc.gov.br; secmobilidade@correiapinto.sc.gov.br ou hospitalfaustinoriscarolli@correiapinto.sc.gov.br

9.11. A CONTRATADA ficará responsável pelo destaque dos tributos incidentes no corpo da nota fiscal emitida, na forma prevista pela Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.234/2012 e do Decreto Municipal nº 2079/2023, a partir de 10 de junho de 2023, cuja desconformidade importará devolução da nota fiscal para correção.

9.12. O fornecedor deverá indicar no campo de observação do documento fiscal sua condição de imunidade, isenção e/ou dispensa de retenção do IRRF com o respectivo amparo legal. Na ausência da informação, a Secretaria de Finanças procederá a retenção do imposto conforme as alíquotas contidas na IN RFB n. 1.234/2012, ou outro documento que por ventura venha a substituí-lo.

9.13. Nenhum pagamento será efetuado a empresa contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

9.14. A presente contratação será formalizada por meio de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP, não gerando obrigação imediata de fornecimento por parte da Administração, tampouco direito subjetivo à empresa registrada de ser contratada.

9.15. A Contratada deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal/Fatura, as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista exigidas pela legislação vigente, quando cabíveis, para fins de liquidação e pagamento.

9.16. O pagamento será efetuado após a verificação da regularidade fiscal, social e trabalhista da Contratada, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como da comprovação da regular execução do objeto contratado, observadas as demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no instrumento contratual.

9.17. Para fins de medição e pagamento, será considerado o quantitativo de gêneros alimentícios efetivamente entregues e aceitos pela Administração, em conformidade com a respectiva Ordem de Requisição e com as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

9.18. Não serão objeto de pagamento produtos recusados pela fiscalização em razão de desconformidade com as especificações, quantidade, qualidade, condições de conservação, validade ou demais requisitos estabelecidos na contratação, até que sejam devidamente substituídos e aceitos pela Administração.

10. REAJUSTE DE PREÇO: Os valores deverão ser reajustados anualmente, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, utilizando-se a variação do índice oficial estabelecido em contrato, nos termos da legislação vigente, desde que decorrido o prazo mínimo de 12 (doze) meses da data do orçamento estimado da contratação.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO: Será permitida a subcontratação dos serviços de transporte e entrega das refeições, podendo a CONTRATADA utilizar veículo próprio ou de terceiros, inclusive motocicleta, desde que o transporte seja realizado em condições adequadas de higiene e segurança sanitária, com utilização de caixas térmicas apropriadas, devidamente higienizadas e capazes de preservar a temperatura, a qualidade, as características e as propriedades dos alimentos até a entrega no local indicado pela Administração, permanecendo a CONTRATADA integralmente responsável pela qualidade, regularidade e pontualidade do fornecimento, bem como pelos atos praticados pela empresa ou profissional subcontratado.

12. DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / CONTRATO:

12.1. A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes será realizada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente de seu art. 117, e demais normas aplicáveis.

12.2. Compete ao Fiscal da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato acompanhar e fiscalizar o fornecimento das refeições prontas, compreendendo marmitex para almoço e/ou jantar e refeições hospitalares com dietas especiais destinadas aos pacientes, verificando o cumprimento das condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, no instrumento contratual, quando houver, e nas respectivas Autorizações de Fornecimento.

12.3. O Fiscal deverá conferir, no ato da entrega, as refeições quanto às quantidades solicitadas, especificações, composição, condições de preparo, acondicionamento, integridade das embalagens, identificação, temperatura e demais características estabelecidas para cada tipo de refeição.

12.4. O Fiscal deverá verificar as condições de higiene, manipulação, acondicionamento, conservação e transporte das refeições, inclusive quanto à utilização de embalagens apropriadas e à manutenção de temperatura adequada para consumo, observando as normas sanitárias aplicáveis.

12.5. No caso das refeições hospitalares, o Fiscal deverá verificar o atendimento às especificações das dietas especiais solicitadas, observando a correta identificação, composição nutricional e restrições alimentares

correspondentes, de acordo com as solicitações encaminhadas pela unidade hospitalar e as orientações dos responsáveis pela assistência nutricional.
12.6. Identificada qualquer inexatidão, irregularidade ou desconformidade, o Fiscal deverá notificar a Contratada para que proceda à correção ou regularização, fixando prazo compatível com a natureza da ocorrência e com a necessidade de atendimento da Administração, sem prejuízo da adoção das demais medidas administrativas cabíveis.
12.7. Constituem exemplos de irregularidades passíveis de notificação, entre outras: atraso na entrega, fornecimento de quantidade inferior à solicitada, refeições em desacordo com as especificações, alterações na composição das dietas especiais, refeições entregues em temperatura inadequada, embalagens violadas ou danificadas, condições inadequadas de higiene, qualidade ou preparo, ausência de identificação das refeições hospitalares e quaisquer outras condições que comprometam a regularidade do fornecimento ou a segurança alimentar.
12.8. O Fiscal poderá recusar, total ou parcialmente, as refeições que estejam em desconformidade com as condições estabelecidas na contratação ou que apresentem condições inadequadas para consumo, devendo registrar a ocorrência e solicitar a substituição imediata pela Contratada, no prazo determinado pela Administração, sem qualquer ônus adicional.
12.9. O Fiscal deverá acompanhar o cumprimento dos prazos, locais, horários, quantidades e demais condições de entrega estabelecidas nas Autorizações de Fornecimento, observando especialmente os horários máximos de entrega de até às 12h00 para o almoço e até às 19h00 para o jantar, registrando eventuais descumprimentos.
12.10. O Fiscal deverá verificar a regularidade do fornecimento diário, inclusive aos domingos e feriados, conforme as necessidades da Administração Pública Municipal, registrando eventuais atrasos, interrupções ou falhas que possam comprometer o atendimento das Secretarias, Fundos, Fundações e unidades hospitalares.
12.11. O Fiscal deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços e/ou do contrato, indicando as providências adotadas e as medidas necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados, nos termos do art. 117, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
12.12. O Fiscal deverá acompanhar a substituição das refeições recusadas ou entregues em desconformidade, verificando a efetiva regularização pela Contratada, especialmente quando se tratar de refeições hospitalares com dietas especiais, cuja inadequação poderá comprometer o atendimento nutricional dos pacientes.
12.13. Compete ao Fiscal realizar o recebimento provisório e definitivo das refeições efetivamente entregues, conforme os procedimentos estabelecidos no Termo de Referência, mediante verificação de sua conformidade quanto à qualidade, quantidade, condições de preparo, acondicionamento, temperatura e atendimento integral das especificações contratadas, bem como realizar o respectivo atesto para fins de pagamento.
12.14. O Fiscal deverá comunicar ao Gestor da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato, em tempo hábil, as situações que demandem decisão ou adoção de providências que ultrapassem sua competência, para que sejam tomadas as medidas necessárias.
12.15. No caso de ocorrências que possam comprometer ou inviabilizar a continuidade do fornecimento das refeições nos prazos e horários estabelecidos, especialmente aquelas que possam prejudicar o atendimento das unidades hospitalares e dos pacientes, o Fiscal deverá comunicar imediatamente o Gestor da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato.
12.16. O Fiscal deverá registrar e comunicar ao Gestor eventuais reincidências de falhas ou irregularidades no fornecimento, de modo a subsidiar a adoção das medidas administrativas cabíveis e, quando pertinente, a aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e nos instrumentos da contratação.
12.17. O Fiscal deverá comunicar ao Gestor, com antecedência suficiente, o término da vigência da Ata de Registro de Preços e/ou do contrato sob sua fiscalização, quando houver, para avaliação quanto à necessidade de adoção das providências administrativas cabíveis.

13. DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS / CONTRATO:

13.1. Compete ao Gestor da Ata de Registro de Preços e/ou do Contrato coordenar as atividades de acompanhamento e fiscalização da contratação, mantendo atualizado o processo administrativo com os registros formais relativos à execução, incluindo Autorizações de Fornecimento, registros de ocorrências, alterações, prorrogações e demais documentos pertinentes.
13.2. O Gestor deverá acompanhar os registros realizados pelo Fiscal acerca das ocorrências relacionadas à execução do fornecimento das refeições, promovendo ou determinando as providências necessárias para sua regularização e comunicando à autoridade competente aquelas que ultrapassarem sua esfera de competência.
13.3. O Gestor deverá acompanhar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas da Contratada, observando sua regularidade para fins de liquidação e pagamento das despesas, bem como registrar e comunicar eventuais situações que possam comprometer o regular processamento da despesa.
13.4. Compete ao Gestor supervisionar o cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, acompanhando a regularidade e o desempenho do fornecimento das refeições convencionais tipo marmitex e das refeições hospitalares com dietas especiais, com base nas condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e, quando houver, no instrumento contratual.
13.5. O Gestor deverá consolidar as informações relativas à execução do fornecimento, incluindo, quando pertinentes, as quantidades solicitadas e entregues, a frequência das entregas, o cumprimento dos horários estabelecidos, a qualidade das refeições, a adequação das dietas hospitalares, as ocorrências registradas e eventuais desconformidades verificadas durante a execução.
13.6. Compete ao Gestor coordenar as providências necessárias à substituição de refeições recusadas ou à regularização de entregas realizadas em desacordo com as condições estabelecidas, acompanhando o cumprimento das medidas determinadas pela Administração.
13.7. O Gestor deverá emitir ou promover a emissão de documento comprobatório da avaliação realizada quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada, com registro do desempenho na execução do fornecimento e das eventuais penalidades aplicadas, quando cabível, observados os procedimentos adotados pela Administração.
13.8. O Gestor deverá adotar as providências necessárias para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quando cabível, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e a competência da comissão, agente ou setor responsável pela condução do procedimento.
13.9. Compete ao Gestor elaborar ou promover a elaboração de relatórios gerenciais sobre a execução da contratação, quando necessário, contemplando informações acerca do desempenho do fornecimento, da regularidade das entregas, da qualidade das refeições, do atendimento às necessidades nutricionais hospitalares, das ocorrências verificadas, das providências adotadas e de eventuais adequações necessárias ao atendimento da finalidade administrativa.
13.10. O Gestor deverá comunicar à autoridade competente as situações que possam comprometer a execução da contratação, bem como aquelas que demandem decisão administrativa superior ou que ultrapassem sua competência.
13.11. Compete ao Gestor acompanhar a execução da Ata de Registro de Preços e dos instrumentos dela decorrentes, quando houver, observando os quantitativos registrados, as condições de fornecimento, os limites estabelecidos e a regularidade das solicitações realizadas pelas Secretarias Municipais, Fundos, Fundações e unidades hospitalares.
13.12. O Gestor deverá encaminhar a documentação pertinente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, observados os atestos do Fiscal, documentos fiscais e demais comprovantes exigidos para demonstração do regular fornecimento das refeições.
13.13. O Gestor deverá elaborar relatório final, quando cabível, contendo informações sobre a consecução dos objetivos que justificaram a contratação, a execução do fornecimento, as principais ocorrências verificadas e eventuais medidas ou recomendações para o aprimoramento das atividades da Administração.
13.14. Compete ao Gestor adotar ou promover as providências necessárias à adequada continuidade do fornecimento das refeições, assegurando o atendimento das demandas das Secretarias Municipais, Fundos, Fundações e, especialmente, das necessidades alimentares e nutricionais dos pacientes da Fundação Hospitalar Municipal, em conformidade com as condições estabelecidas na contratação.

14. OS RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SERÃO:

GESTOR DO CONTRATO:
Paulo Geraldo Faé – Secretaria Municipal de Administração e Planejamento
*CPF: 560. ***.239-***

FISCAIS DO CONTRATO:

André Luiz de Souza Rodrigues – Secretaria de Assistência Social e Habitação
*CPF: 042.***.139-***

Aoliabe Joeberson Pereira Lourenço – Secretaria de Esporte e Cultura
*CPF: 030.***.559-***

Flávia Wiggers Praisler – Fundação Hospitalar
*CPF: 100.***.679-***

Gabriele Quadros Albuquerque – Secretaria de Agricultura
*CPF: 070. ***.149-***

Mara Regina Souza Neto– Secretaria de Obras
*CPF: 523.***.029-***

Andrea de Souza Monteiro – Mobilidade
*CPF: 006.***.119-***

15. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, com início a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma da Lei n° 14.133, de 2021. A eventual prorrogação deverá estar devidamente motivada, com base em avaliação técnica e jurídica, e dependerá de autorização expressa da autoridade competente, mediante termo aditivo formal.

16. DAS SANÇÕES: As empresas que não cumprirem as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estarão sujeitas às sanções e penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e indicados no contrato e edital.

17. CONDIÇÕES GERAIS E DISPOSIÇÕES FINAIS:

17.1. A presente contratação será regida pela Lei Federal nº 14.133/2021, pelas normas sanitárias e de segurança alimentar aplicáveis, especialmente aquelas relativas à preparação, manipulação, acondicionamento, armazenamento e transporte de alimentos, e pelas demais disposições legais pertinentes.
17.2. A Contratada deverá observar integralmente as disposições deste Termo de Referência, do Edital, da Ata de Registro de Preços e, quando houver, do instrumento contratual, responsabilizando-se pelo cumprimento das condições estabelecidas para o fornecimento das refeições convencionais tipo marmitex e das refeições hospitalares com dietas especiais.
17.3. O fornecimento das refeições deverá ocorrer somente mediante solicitação formal da Administração, observados os quantitativos, locais, prazos e horários estabelecidos nas respectivas Autorizações de Fornecimento (AF) ou instrumentos equivalentes.
17.4. A execução do fornecimento deverá observar rigorosamente as orientações do Gestor e do Fiscal da contratação, especialmente quanto a:

a) Prazos e horários de entrega, observando-se o limite de até às 12h00 para o almoço e até às 19h00 para o jantar;
b) Locais de fornecimento indicados pela Administração;
c) Quantidades de refeições solicitadas;
d) Especificações, composição e características de cada tipo de refeição;
e) Condições de preparo, higiene, acondicionamento, conservação e transporte;
f) Integridade e adequação das embalagens utilizadas;
g) Manutenção da temperatura adequada das refeições até o momento da entrega;
h) Atendimento às especificações nutricionais e às restrições alimentares das dietas hospitalares especiais; e
i) Padrões de qualidade e segurança alimentar, em conformidade com a legislação sanitária e demais normas aplicáveis.

17.5. A Contratada deverá assegurar que todas as refeições fornecidas atendam integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência e às normas sanitárias, de qualidade e segurança alimentar aplicáveis, responsabilizando-se pelas condições de preparo, manipulação, acondicionamento, identificação, conservação e transporte dos alimentos.

17.6. No caso das refeições hospitalares, a Contratada deverá observar rigorosamente as especificações das dietas especiais solicitadas, incluindo as dietas diabéticas, hipolipídicas, isentas de lactose, sem glúten, hiperproteicas, hipercalóricas e adaptadas para pacientes com disfagia, sendo vedadas alterações na composição ou substituições de ingredientes sem prévia autorização da Administração.

17.7. Qualquer divergência identificada no ato do recebimento, inclusive quanto à quantidade, qualidade, composição, condições de preparo, temperatura, acondicionamento, identificação ou demais condições estabelecidas, poderá ensejar a recusa da refeição, devendo a Contratada providenciar sua substituição imediata, no prazo determinado pela Administração, sem qualquer ônus adicional para o Município.

17.8. A fiscalização da contratação será realizada por servidor formalmente designado, que acompanhará a execução, verificará o atendimento das condições estabelecidas e registrará eventuais ocorrências, sem prejuízo da responsabilidade integral da Contratada pela execução do objeto.

17.9. A Contratante poderá convocar reuniões administrativas sempre que necessário para tratar de questões relacionadas ao fornecimento das refeições, à logística de entrega, às condições de preparo, transporte e acondicionamento, à qualidade dos alimentos, ao atendimento das dietas hospitalares ou à solução de eventuais irregularidades.

17.10. Eventuais dúvidas relativas ao objeto, às especificações das refeições, às condições de fornecimento, às dietas especiais, aos prazos, aos horários, aos locais de entrega ou aos demais aspectos relacionados à execução poderão ser esclarecidas pela equipe responsável pelo Termo de Referência e pela fiscalização da contratação.

17.11. As comunicações formais entre a Contratante e a Contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito, inclusive por meio eletrônico, de modo a garantir a rastreabilidade das orientações, solicitações, Autorizações de Fornecimento e demais atos relacionados à execução da contratação.

17.12. Qualquer alteração nas condições de fornecimento, prazos, horários ou demais condições da contratação deverá ser formalmente solicitada pela Contratada, devidamente justificada, analisada pela Administração e, quando cabível, autorizada pela autoridade competente, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.13. As alterações contratuais, quando necessárias e legalmente admitidas, deverão ser formalizadas mediante o instrumento adequado, devidamente justificadas e autorizadas pela Administração, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

17.14. O descumprimento injustificado das obrigações assumidas pela Contratada poderá ensejar a aplicação das penalidades previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Edital, na Ata de Registro de Preços e no instrumento contratual, quando houver, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

17.15. Permanecem válidas e exigíveis as condições de garantia e responsabilidade pela qualidade e segurança das refeições previstas neste Termo de Referência, no Edital, na Ata de Registro de Preços e, quando houver, no instrumento contratual.
17.16. A Administração não se obriga a contratar a totalidade dos quantitativos registrados, sendo o fornecimento realizado de forma parcelada, de domingo a domingo, conforme as necessidades das Secretarias Municipais, Fundos, Fundações e unidades atendidas, nos termos do Sistema de Registro de Preços.
17.17. Eventuais situações não previstas neste Termo de Referência serão resolvidas com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, nas normas sanitárias e de segurança alimentar aplicáveis, nos princípios da Administração Pública e nas demais disposições legais pertinentes.
17.18. A apresentação da proposta implicará a aceitação integral das condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e em seus anexos, bem como das demais condições aplicáveis à contratação.
17.19. Fica eleito o foro da Comarca de Correia Pinto/SC para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da contratação, ressalvadas as hipóteses de competência legal diversa.

(Assinatura Digital)
Paulo Geraldo Faé
Secretário de Administração e Planejamento

ANEXO II –PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. xx/2026

OBJETO: [descrição do objeto]

[Representante Legal da empresa devidamente qualificado]

[Nome da empresa licitante] [CNPJ]

[Endereço completo da sede]

[Número de telefone]

[Endereço de e-mail]

Proposta final (vencedora):

Item	Descrição/ Especificação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total Máximo (R$)
1					

Obs: Todas as especificações estão de acordo com o Edital e seu(s) anexo(s).

VALIDADE DA PROPOSTA: ..... (.....) dias – mínimo de 60 (sessenta) dias.

Local, ...de.....de 2026

_____

Nome e assinatura do representante legal da licitante

ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA

A empresa ....., inscrita no CNPJ sob nº ....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) ....., inscrito(a) no RG nº ..... e no CPF nº ....., DECLARA que não se enquadra em nenhuma das seguintes hipóteses:

1. Declaro que não incorro nas condições impeditivas do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/21.
2. Declaro que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21.
3. Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/21.
4. Declaro que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e do termo de referência e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
5. Declaro que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº 14.133/21.
6. Declaro que não possuo nenhum Servidor Público da União ou do Município de Correia Pinto em meu quadro societário;
7. Declaro que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº 14.133/21;
8. Declaro para fins do disposto no inciso VI do art. 68, da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir dos 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88.
9. Declaro que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
10. Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/Cooperativa, conforme a Lei Complementar nº 123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência.

Assim sendo, para fins que se fizer de direito, e por possuir poderes legais para tanto, firmamos a presente.

Local e Data
(NOME DA EMPRESA)
Nome do Representante legal
Nº CPF ou RG
Cargo/Função

ANEXO IV – ATA REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
N.º XXXXX/202X

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 3601, Centro, Correia Pinto/SC, inscrito no CNPJ sob nº 75.438.655/0001-45, através do INDICAR O NOME DO FUNDO OU FUNDAÇÃO, inscrito no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representado pela Prefeita, Sra. Lucia Raquel Rodrigues Ortiz, inscrita no CPF sob o nº XXXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº XXXXX/202X, processo administrativo n.º XXXX, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação e seus anexos, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 2357/2025, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de OBJETO, constante no edital e seus anexos, que são parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

XXXXXXXXXXXXXXXXX

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

4.1.1. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

4.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

4.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

4.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital e seus anexos* e se obrigar nos limites dela;

4.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

4.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

4.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

4.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

4.5. O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

4.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

4.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

4.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital e seus anexos;* e

4.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item

4.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

4.9. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação e seus anexos, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

4.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital.

4.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 4.7, observando o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

4.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos *do edital e seus anexos*, poderá:

4.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

4.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

4.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

5. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

5.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

5.2. Do reajuste:

5.2.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

5.2.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

5.2.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

5.2.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

5.2.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

5.2.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

5.2.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

5.2.8. O reajuste será realizado por apostilamento

6. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

6.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

6.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

6.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

6.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.

6.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

6.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

6.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

7.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

7.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

7.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 5º, §3º, do Decreto nº 2046/2023; ou

7.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

7.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

7.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

7.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

7.4.1. Por razão de interesse público;

7.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

7.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 5º, § 3º do Decreto nº 2046/2023.

8. DAS PENALIDADES

8.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas *no edital e seus anexos*.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL.*

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Correia Pinto, xx de xxxxx de 20xx.

(Assinatura Digital)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

(Assinatura Digital)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO

(Assinatura Digital)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Gestor do Contrato

(Assinatura Digital)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Fiscal do Contrato

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/202X.

OBJETO, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICIPIO DE CORREIA PINTO E XXXXXXXXX.

O MUNICÍPIO DE CORREIA PINTO, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Duque de Caxias, nº 3601, Centro, Correia Pinto/SC, inscrito no CNPJ sob nº 75.438.655/0001-45, através do INDICAR O NOME DO FUNDO OU FUNDAÇÃO, inscrito no CNPJ nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, neste ato representado pelo Prefeita, Sra. Lucia Raquel Rodrigues Ortiz, inscrita no CPF sob o nº XXXXXX, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) XXXXXXXXXXXXXXX, *inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXX, sediado(a) na* XXXXXXXXX, doravante designado CONTRATADO, *neste ato representado(a) por XXXXXXXXXXXXX* (nome e função no contratado), *conforme atos constitutivos da empresa* ***OU*** *procuração apresentada nos autos,* tendo em vista o que consta no Processo nº XXXXXXX e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente *do Pregão Eletrônico n. XXXX/XXXX.*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de OBJETO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação: XXXXXXXXXXX

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de XXXXXX contados da assinatura do presente contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.*

2.2. *O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.3. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.4. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R$ xxxxxxx (xxxxxxxxxx)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.*

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. Das Condições de Pagamento

6.2. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

6.3. O pagamento será liberado mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal de Correia Pinto e, se for o caso, do município em que for sediada a CONTRATADA, bem como certidão negativa do INSS.

6.4. A não apresentação do documento enunciado no item 6.3 implica na suspensão do pagamento da fatura até a apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

6.5. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência, bem assim, em razão de dano ou prejuízo causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

6.6. O pagamento da fatura será sustado se verificada execução defeituosa do Contrato, e enquanto persistirem restrições quanto ao fornecimento efetivado, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

7.9. Na forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizado para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, para os custos decorrentes da mão de obra, ou seja, na composição dos valores referenciais deve estar descrito a convenção ou dissídio coletivo de trabalho utilizado.

7.10. O direito a repactuação será contado a partir da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo do trabalho, para os custos decorrentes de mão de obra. Os demais itens e custos do processo que compõe a planilha de custo seguiram as regras do reajustamento de contrato conforme item 7.2.

7.11. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação com data base de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos e trabalho das categorias envolvidas na contratação.

7.12. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo ou convenção coletiva que fundamenta a repactuação

7.13. A repactuação de preços deverá ser pleiteada pela contratada até a data da prorrogação contratual subsequente ou até o termo final da vigência contratual, sob pena de ocorrer a preclusão lógica de exercer o seu direito.

7.14. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

7.15. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação.

7.16. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas conforme descrito em aditivo de contrato/apostila mento acordado entre as partes.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.8. Cientificar o órgão de representação judicial do município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10. A Administração terá o prazo de *30 (trinta) dias úteis*, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de *30 (trinta) dias úteis.*

8.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
9.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
9.7. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
9.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
9.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
9.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
9.11. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
9.12. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*
9.13. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*
9.14. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*
9.15. *Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*
9.16. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*
9.17. Cumprir integralmente todas as cláusulas, condições técnicas, operacionais e prazos previstos no Termo de Referência, o qual será formalmente incorporado ao presente instrumento contratual como anexo, passando a integrá-lo para todos os efeitos legais, como se nele transcrito na íntegra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução..*

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. Moratória de 15% (quinze por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
2. *O atraso superior a 30 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
3. Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 11.1, de 15 % a 30% do valor do Contrato.
4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 11.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
5. Para infração descrita na alínea "b" do subitem 11.1, a multa será de 0,5 % a 30% do valor do Contrato.
6. Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.
7. Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 11.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de *15 (quinze)* dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para o Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou

à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.8. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. *O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.*

12.2. *Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

12.2.1. *Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:*

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

12.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: XXXXXXXXXXXXXXX

13.2. *A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput,* da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1. As partes contratantes elegem o foro da Comarca Correia Pinto/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Correia Pinto (SC), xx de xxxxx de xxxx.

(Assinatura Digital)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

(Assinatura Digital)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADO

(Assinatura Digital)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Gestor do Contrato

(Assinatura Digital)
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Fiscal do Contrato

ANEXO VI – FICHA CADASTRAL

1. FICHA CADASTRAL DE FORNECEDORES		
Razão Social ou Denominação Comercial:		
Nome Fantasia:		
CNPJ:		
Inscrição Estadual:	Inscrição Municipal:	
Rua/Avenida/Complemento:		Nº
Bairro:	CEP:	
Cidade:	U.F.:	
Telefone (s):	Celular (s):	
E-mail:		
2. DADOS BANCÁRIOS (Vinculados ao CNPJ)		
Nome do Banco (**PREFERENCIALMENTE BANCO DO BRASIL**):		Nº do Banco:
Nome da Agência:	Nº da Agência (com dígito):	
Nº da Conta Corrente (com dígito):	Chave (s) Pix:	
3. CONTATO/COMERCIAL/RELACIONAMENTO		
Nome:		Cargo:
Rua/Avenida/Complemento:		Nº
Bairro:	CEP:	
Cidade:	U.F:	
Telefone (s):	Celular (s):	
E-mail:		
4. CONTATO/FINANCEIRO/RELACIONAMENTO		
Nome:		Cargo:
Rua/Avenida/Complemento:		Nº

Bairro:	CEP:
Cidade:	U.F:
Telefone (s):	Celular (s):
E-mail:	

5. COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO
(Incluir todos que compõe a administração da empresa)

Nome:	
Cargo (Diretores/Sócios Gerentes):	
CPF:	RG:
Rua/Avenida/Complemento:	Nº
Bairro:	CEP:
Cidade:	U.F:
Telefone (s):	Celular (s):
E-mail:	
Nome:	
Cargo (Diretores/Sócios Gerentes):	
CPF:	RG:
Rua/Avenida/Complemento:	Nº
Bairro:	CEP:
Cidade:	U.F:
Telefone (s):	Celular (s):
E-mail:	

Data:	Assinatura e Carimbo: